

A palavra impressa e encadernada: os Anais do Museu Histórico Nacional*

*Afonsina Maria Augusto Moreira***

Resumo

O objetivo, no presente artigo, é compreender as intenções oriundas do Museu Histórico Nacional com a criação dos Anais na década de 1940. Perceber o perfil da história-memória nacional delineada em suas páginas nas décadas de 1940 e 1950.

Palavras-chave: História; memória; museu; anais.

O momento que marcou o surgimento do Museu Histórico Nacional - M.H.N em 1922, no Rio de Janeiro, correspondeu às comemorações do centenário da “Independência Política” do país em relação à Casa Imperial de Orleans e Bragança. Gustavo Barroso esteve na sua direção entre os anos de 1922 e 1959, com um intervalo entre 1930 e 1932.

Na tradição dos museus no Brasil, o M.H.N. se diferenciou dos museus “enciclopédicos” e “etnográficos” do século XIX, ou seja, o Museu Nacional ou Museu Real (1808) do Rio de Janeiro, Museu Paraense Emilio Goeldi (1866) e o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga (1894) (Schwarcz, 1993). O Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB guardava um suporte material concernente, em especial, à memória imperial. Quanto a isso, José Neves Bittencourt, especialista em história dos museus no Brasil, expôs que a seção de medalhas e moedas foi uma das que tiveram grande crescimento, “mapa material da trajetória da história do Império”. Contudo, José Neves observa que o referido Museu se constituiu em um “gabinete de história natural”, sendo superado “quase no ocaso do Império do Brasil”, (Bittencourt, 2005, p. 201).

Gustavo Barroso, diretor fundador do Museu Histórico Nacional, ao defender uma “ação salvadora” para com o passado brasileiro enfatizou a necessária fundação de um “verdadeiro Museu Histórico”. Talvez a sua referência fosse ao modelo dos “museus etnográficos”.

Se antes esses museus eram estruturados numa perspectiva evolutiva, comparativa e classificatória, herdada dos métodos e preceitos das ciências físicas e naturais, no Museu Histórico Nacional apontava-se numa dimensão de evolução e num processo de construção da nação. Ou melhor, os acervos e exposições dos museus chamados etnográficos e enciclopédicos e/ou museus de história natural privilegiavam elementos da fauna, flora, elementos exóticos, utensílios singulares a certos “povos” e “culturas”. No Museu Histórico Nacional enfatizava-se o ordenamento, zelo e exibição de suportes materiais simbólicos, que favoreceriam a visualização pedagógica da História do Brasil.

A publicação dos Anais do Museu Histórico Nacional - M.H.N. teve início em 1941. Levando-se em conta a importante assertiva de que a palavra impressa e encadernada é um acontecimento, vale a pena perguntar sobre as intenções oriundas do M.H.N. com a criação de um órgão de imprensa na década de 1940. Quais noções de história foram expressas em seus primeiros artigos? Os Anais priorizados para esse estudo correspondem ao período de 1940 a 1950, e são os números que contaram com a direção de Gustavo Barroso, mesmo que publicados em anos posteriores.

As edições correspondentes às décadas de 1940 e 1950 tiveram um total de 14 números, sendo publicadas em períodos posteriores, como é o caso dos Anais de 1940, lançado em 1941. À distribuição das páginas correspondiam a capa, o sumário, os artigos e uma última parte denominada apêndice. Quanto ao número de páginas prevaleceu algo em torno de 250, sendo que dois contaram com 400, um com 500 e outro com 600 páginas. O modelo de capa de seu primeiro número foi mantido ao longo dessas duas décadas, tendo, logo acima, o nome do Ministério da Educação e Saúde, o que demonstra o aval e apoio governamentais. Não foi à toa que esse expediente impresso começou a circular na década de 1940, tendo em vista a política cultural do Estado Novo, colaborando para a consecução dos Anais que estavam previstos no projeto inicial do Museu Histórico Nacional. Além das doações de objetos para o acervo do M.H.N, o governo de Getúlio Vargas também contribuiu financeiramente para a realização de projetos do Museu, desde que não fossem esquecidos os agradecimentos e fossem feitas as devidas referências ao apoio recebido.

No escopo de fortalecer as estruturas do Estado nacional e consolidar um sentimento de nacionalidade foi intensificada no governo varguista uma política de cientificização. Uma política cultural de incentivo às instituições, bem como a criação de uma série de órgãos visando aglutinar os intelectuais. A escrita da História nacional teve relevante papel, uma vez que esse sentimento de irmandade e pertencimento nacionais passava não só pela delimitação

territorial, mas pelo reconhecimento de um passado comum. Desse modo, foi possível compreender essa política de investimento e estímulo às instituições de memória, de preservação e restauração patrimonial. Com a criação dessas instituições, fez-se necessário um corpo profissional especializado, daí a iniciativa da instauração de cursos de especialização profissional.

Esse ambiente de cientificização do saber foi perceptível na experiência do M.H.N, especialmente a partir da década de 1930. Nesse período foi fundado o Curso de Museus, destinado a formar os conservadores, ou seja, os especialistas no campo da museologia, como também para a ocupação do próprio corpo profissional do M.H.N.

De acordo com levantamento nos Anais, os artigos foram escritos principalmente pelos conservadores, designação feita aos especialistas formados no Curso de Museologia, implementado pelo M.H.N. Também foram escritos por professores desse Curso e, enfim, por outros membros dessa Instituição. A consecução dos estudos para a elaboração dos artigos teve como fonte principal as exposições e o acervo do Museu Histórico Nacional. Foi possível dividir o seu corpo editorial a partir de artigos que trataram das ações encampadas pelo Museu, matérias de História do Brasil, estudos de arte e textos biográficos (BITTENCOURT, 2004).

A utilização desse expediente impresso fez parte dos intuitos de empreender um perfil científico às experiências museológicas por meio da escrita da história, além daquele voltado para as exposições dos objetos nas diversas salas do Museu. Esses artigos foram produzidos visando dar maior legitimidade à história contada a partir dos artefatos. Por meio do estudo de objetos pertencentes ao M.H.N, vários textos foram compostos. Dentre esses objetos, destacam-se: moedas, brasões, mobiliário, bandeiras, armaria, medalhas, gravuras, pinturas, retratos e estátuas. A atenção especial voltada para esses artefatos se deve ao fato deles estarem relacionados à memória do Estado, de segmentos das elites tidos como protagonistas na história escrita no Museu Histórico Nacional.

A importância do acervo de numismática é observada pela organização de uma Secção no Museu dedicada à exposição desse material, sendo composta por coleções de moedas e cédulas, sigilografia e filatelia. Intentando legitimar tal apreciação para a pesquisa histórica, assim se referiu a conservadora Nilza Botelho em artigo publicado nos Anais do Museu:

Uma das mais interessantes maneiras para estudar a história de um país é, sem dúvida, através das medalhas – ao mesmo tempo monumento artístico e documento histórico. Muitas vezes, uma época e uma civilização nelas se refletem, permitindo-nos observar o desenvolvimento artístico do povo que os gerou. Podemos, também, pelos seus tipos, admirar e rememorar grandes feitos ou recordar a vida de ilustres personagens neles representados; e, até pelo metal de que é feita a medalha, conclue-se do bom ou mal estado das finanças e da riqueza do país que as produziu (BOTELHO, 1943, p. 242).

Nesse artigo a autora escreveu sobre uma medalha pertencente ao acervo do M.H.N, cunhada para homenagear as tropas navais brasileiras quando do episódio da passagem pela fortaleza paraguaia de Humaitá, concessão feita pelo decreto de 1868, por ordem de D. Pedro II. Tendo em vista a intenção de escrever o passado da nação marcado pela memória do Estado, em especial imperial, os objetos que simbolizaram esse pretérito de glórias foram destacados tanto nas exposições quanto nos Anais do Museu Histórico Nacional. Estudando o conteúdo simbólico do nacionalismo, Montserrat Guibernau escreveu: “Os símbolos e rituais são fatores decisivos na criação da identidade nacional. (...) A consciência de formar uma comunidade é criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação” (GUIBERNAU, 1997, p. 91).

Verificando que as medalhas figuram como símbolos comemorativos referentes, em especial, às elites, compreende-se a publicação nos Anais de vários artigos a partir desses objetos, uma vez que a história contada no Museu celebrou vultos e fatos da

história política e militar da nação. A exposição dessas condecorações, e por sua vez, o seu estudo nos Anais, foi orientado pela noção de que à história caberia o ensinamento de lições de civismo e patriotismo.

Das exposições de objetos à impressão da história deflagra-se a intenção de assegurar uma memória e um sentimento nacionais, numa época em que na política cultural empreendida e estimulada pelo governo de Getúlio Vargas tornou-se imprescindível cultivar o passado para alicerçar o pertencimento pátrio (GOMES, 1996).

Na História do Brasil, contada nas páginas dos Anais do Museu Histórico, a memória das elites ganhou ênfase, com estudos de uma série de objetos pertencentes a essa tradição, como mostra a conservadora Jenny Dreyfus em estudo sobre D. Pedro II, a partir da própria sala de exposição do Museu, classificada com o nome desse monarca:

Embora a Casa do Brasil possua um extenso acervo fotográfico de D. Pedro II, limitar-nos-emos àquela sala, por ser a repositora das relíquias do velho monarca, guardando dignamente tudo quanto se prende a mais de meio século, período este em que aparece aquela nobre figura da nossa história vinculada à própria vida da Pátria.

Naquelas vastas paredes, vemo-lo em tôdas as fases de sua vida. Ali o temos ainda menino com a bela cabecinha dourada, sem graves preocupações que tão cedo o afligiriam; mais adiante, já na maioridade antecipada, onde aparece em telas verdadeiramente magníficas; um pouco mais além, no apogeu da Monarquia, na plenitude de sua idade e energia; acolá, o mesmo homem, porém mais severo, deixando transparecer a preocupação e a tristeza pelo sangue derramado em lutas que o Brasil, muito a contragosto, foi forçado a manter; naquele outro ângulo, quanta amargura se percebe na sua fisionomia envelhecida prematuramente pelos desgostos e lutos que tanto o abalaram; finalmente, os últimos, no-lo mostram no exílio e na morte (DREYFUS, 1947, p. 338).

A autora desenvolveu esse artigo a partir do acervo iconográfico referente a D. Pedro II, localizado nessa sala. Publicou uma série de imagens composta de óleos, gravuras, litografia e

fotografias, retratando vários momentos da vida do Imperador e enaltecendo a sua imagem de monarca dedicado às chamadas belas-artes. D. Pedro II havia sido patrono e presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e desfrutava da aura de “monarca ilustrado”.

Observa-se um posicionamento comum entre a conservadora Jenny Dreyfus e o diretor Gustavo Barroso. Uma vez que na defesa do “culto da saudade”, Barroso considerou a memória da Família Imperial como uma das mais importantes lembranças a figurar num Museu Histórico, e também por abordar os períodos históricos numa perspectiva de continuidade. A esse respeito vale citar trecho do artigo de Gustavo Barroso, de 24 de agosto de 1922, no qual Barroso expressou suas expectativas quanto ao Museu Histórico Nacional fundado naquele ano de 1922:

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimentou instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos (DUMANS, 1941, p. 212).

Além do estudo de objetos da numismática e iconografia publicado pelo M.H.N. nas décadas de 1940 e 1950, um outro tema abordado com frequência diz respeito à heráldica. Há um longo artigo de Gustavo Barroso intitulado “A Heráldica dos Vice-Reis”, editado nas páginas dos Anais no volume III, em 1945. Assim explicitou:

A Ciência Heróica ou Arte Heráldica é uma linguagem simbólica que data dos tempos mais antigos e foi definitivamente regulada pelos Reis de Armas. Arautos e tratadistas da matéria, do século XIV ao século XVIII. Sem o

seu conhecimento perfeito é impossível interpretar inúmeros documentos iconográficos e classificar relíquias e objetos artísticos e históricos. Esse curiosíssimo código hieroglífico obedece a regras imutáveis e baseia-se em conhecimento complexo (BARROSO, 1945, p. 5).

A Heráldica liga-se aos estudos genealógicos, ou seja, às linhagens familiares e às marcas distintivas de “status” e propriedade de determinados greis ou clãs. No desenvolvimento do texto, Barroso fez o mapeamento dos brasões dos vice-reis no Brasil, explicando as características desses esmaltes heráldicos. Denota-se que essa documentação corresponde ao estudo do que o autor chamou de nobreza, apontando aspectos como a sua genealogia e titulações. Desse modo, o foco dessa abordagem foi para uma história de individualidades, no caso, representantes do reino português no Brasil. E essa foi a linha de pensamento de Gustavo Barroso, ou seja, escrever uma história a partir de uma documentação oficial e marcada pelos grandes personagens do poder político.

A disposição das salas de exposição da Secção de História do Museu foi pautada a partir da seguinte periodização: Colônia, 1º e 2º Reinados e República. Por seu turno, os artigos que corresponderam à História do Brasil englobaram assuntos concernentes a essa compreensão de história cronológica, com ênfase para fatos políticos e administrativos. A partir da ação de destacadas personalidades, em especial, identificadas à vida imperial, militar e aristocrática, como D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Em complemento aos textos de História do Brasil foram publicados textos biográficos, com ênfase para esses segmentos. Além desses personagens, outros foram enaltecidos, oriundos da aristocracia e das altas patentes das Forças Armadas, tanto pela sua importância para essa história política quanto por terem seu acervo particular doados ao Museu.

Foi por meio do Curso de Museus que os chamados conservadores foram formados, passando a compor o quadro profissional dos museus e de outras repartições ligadas à memória

e ao patrimônio. Como foi explicitado, a publicação dos Anais contou, em sua maioria, com artigos feitos por esses conservadores, sendo um demonstrativo das intenções em cientificizar as práticas museológicas, fosse através da organização das exposições em períodos históricos, fosse por meio de publicação de pesquisa de seu acervo através do trabalho desses especialistas. A esses profissionais foi reservado o papel de pesquisar minuciosamente a origem e a autenticidade dos objetos, amparados por uma formação que contemplava ensinamentos de técnicas de museu, história e arte.

Alfredo Teodoro Rusins, conservador do Museu, publicou nos Anais um estudo sobre carruagens, descrevendo sua origem até sua chegada no Brasil, argumentando sobre a importância de guardar objetos pertencentes ao Império no M.H.N. Dentre essas peças do acervo do Museu Histórico, indicou dois coches de gala, um de serviço diário de D. Pedro II, e restos de um carro da época de D. João VI e D. Pedro I. Quanto ao papel dos museus na escrita da história, escreveu:

Reconstituir nosso passado tal qual fora o mais veridicamente possível, com os documentos que chegaram até nossos dias, resistindo ao clima, à incúria de muitos dos seus possuidores e zelarem por eles, será a missão dos nossos museus, em plena fase de evolução nos moldes mais aprimorados de época atual (RUSINS, 1943, p. 221-222).

O documento foi enaltecido como prova do pretérito, mas o mais importante foi evidenciar a sua autenticidade. A concepção de história concernente tanto à Secção de História das exposições quanto a escrita nos Anais contemplou uma abordagem do passado, a partir de datas marcantes e dos grandes feitos dos heróis, especialmente do poder político, marcados no tempo cronológico. A história que foi referendada nos Anais correspondeu ao registro de um passado glorioso.

No culto ao passado manifestado no Museu Histórico Nacional, reservou-se lugar de destaque para o Estado Monárquico,

tido pelo seu diretor fundador Gustavo Barroso como um dos responsáveis principais pela construção da nação. Daí o desejo de aglutinar um grande acervo da Família Imperial. Vale lembrar que a criação do M.H.N. data de 1922, compondo a agenda comemorativa da “independência política” do Brasil. No período de (co)memoração da República, quando vários segmentos intelectuais estavam envolvidos nas iniciativas de consolidação de uma memória e tradição republicanas, no Museu Histórico foram evocados e guardados objetos relacionados à tradição do Império e à aristocracia.

A ênfase aos objetos do período imperial, em plena comemoração republicana, foi um demonstrativo da relação entre passado e presente materializado no M.H.N. a partir de uma idéia de permanência histórica, ou seja, a República foi pensada menos como uma ruptura e mais como uma continuidade de uma História nacional, com marcante presença de uma memória do Império (ABREU, 1996).

A intenção destinada à palavra impressa do Museu Histórico Nacional, naqueles anos de 1940 e 1950, foi de produzir uma História do Brasil utilizando como fonte o acervo dessa Casa. Enfatizar um caráter de ciência à ação museal. Imprimir um valor de cientificidade aos artefatos por intermédio da escrita. Autenticar a história narrada nas exposições do Museu. Nelas foi enfatizada a importância creditada aos episódios e feitos tidos como positivos do passado e, os objetos históricos preservados e exibidos eram, sobretudo, aqueles referentes às elites e ao Estado, principalmente imperial. Na palavra impressa e encadernada nos Anais do Museu Histórico Nacional foi expressa uma noção de história exemplar e pedagógica, com lições de moral, tidas como imprescindíveis para o afloramento de sentimentos de reconhecimento, pertencimento e identificação nacionais.